

Fernando Pessoa

## Os grandes movimentos revolucionários...

Os grandes movimentos revolucionários — quer se concretizem em convulsões sociais, quer apenas se manifestem em ideias que tendem para essas convulsões — derivam sempre de um sentimento nítido e portanto certo, de uma injustiça, e de uma ideia vaga, e portanto errada, do modo de remediar essa injustiça. Todos os grandes movimentos revolucionários existem, portanto, em virtude de uma razão sentimental a que se junta uma sem-razão intelectual. Por isso eles são simultaneamente defensáveis e absurdos; defensáveis quando se olha às injustiças e às tiranias, que os causam e possibilitam; absurdos, quando se analisam as ideias, sempre excessivas e inaplicáveis, que pretendem pôr em prática.

Não há grande movimento revolucionário — isto é, movimento revolucionário extenso e profundo — que seja possível sem uma razão qualquer. Não há revoluções feitas por mera leitura de livros, por mera influência de ideias, por mera insinuação de oradores. Os homens são, de seu natural, inertes e misoneicos. O homem é um animal com hábitos, como os outros animais; mas o homem tem, além dos hábitos propriamente ditos, outra espécie de hábitos chamados tradições. Dificilmente as quebra; dificilmente se une para as quebrar; dificilmente se ergue contra os seus semelhantes nacionais e sociais, com raiva e ódio, para as quebrar.

É preciso, por isso, que a doutrina revolucionária, uma vez lançada, encontre eco no coração humano. Ir dizer a um povo, que não tem fome, que se revolte porque a tem, pode fazer um ou outro convertido, entre os que realmente têm fome, e entre os que julgam que a têm; mas um tal movimento não logra por certo o número de aderentes precisos para que converta em revolução.

Há sempre, é claro, argumentos possíveis para casos destes. Em todas as épocas houve ricos e pobres, e em todas as épocas houve uma certa injustiça evidente na distribuição da riqueza. Mas — embora em todas as épocas houvesse quem pregasse a revolta contra os ricos, nem em todas essa revolta congregou adeptos em número que roçasse pelo considerável. Em todas as épocas houve uma certa injustiça política e social, à parte riqueza; mas, embora em todas as épocas surgisse quem flagelasse essas injustiças sociais, nem em todas congregou adeptos essa indignação.

Por força, pois que havia em certas épocas condições especiais que fizeram com que calasse no animo das multidões, por infiltração lenta, certa teorização contra a injustiça. E quando a injustiça se tornou um sistema, como na França do *ancien régime*, em que já não havia diferenças sociais pronunciadas, mas um uso constantemente tirânico das diferenças sociais pronunciadas; e como na Rússia dos Czares, em que a tirania era não um acaso do desgoverno, mas uma modalidade substância do governo que havia.

Para que a injustiça seja geralmente sentida como tal, não basta, porém, que simplesmente exista. O *ancien régime*, quando caiu era já velho, e sempre havia sido tirânico; a tirania czarista não era de ontem, nem de antes de ontem.

Para que a injustiça seja sentida como tal, e dê portanto azo à formação do espírito de revolta, é preciso que perca a base por onde existia. O czarismo não caiu só por ser tirânico, mas porque, sobre ser tirânico, perdeu o consenso geral. Quando o czar era na verdade o representante sentimental do povo russo, todas as tiranias eram possíveis em seu nome, porque a sua autoridade, inclusive para praticá-las, era aceite geralmente.

Levantam-se vozes a clamar contra a injustiça. Ora um poder injustamente injusto implica um governo ou instituição desadaptada do meio. Um governo desadaptado do meio implica um governo-incapaz de acção coerente e forte. Um governo incapaz de acção coerente e forte perante ataques à sua constituição, alternadamente os tolera e os persegue com violência. E quer pela tolerância, quer pela perseguição, a voz que clama ganha alento.

Por fim a onda revolucionária triunfa — ou por um impulso de reforma, se há ainda no sistema vigente forças de adaptação; ou por força da violência se esse regime não se adapta; e então segue a anarquia que havia, porque a lei da continuidade histórica não admite revoluções capazes de transformar nada. A anarquia revolucionária é sempre o seguimento da anarquia disfarçada que a precedeu. Não há revoluções contra organizadores. Há só revoluções contra desorganizados. Isto é, a desorganização de um país mal governado, quando produz uma revolução, prolonga-se, não se transforma. Assim, quem não vê a perfeita continuidade piorada de processos — do *ancien régime* para o terror, do czarismo para o bolchevismo, da monarquia de D. Carlos e de D. Manuel II para a triste república portuguesa?

Visando o estabelecimento da liberdade, a Revolução Francesa suprimiu-a toda; inverteu os termos da opressão, nada mais. Visando a liberdade, a libertação dos operários e dos fracos o bolchevismo oprimiu outros fracos e não aos que disse servir desoprimiu. Visando a reformar uma administração

corrupta, e subverter uma semitirania política, a República Portuguesa instaurou uma administração mais corrupta ainda, uma semitirania por certo ainda mais opressiva.

Isto está na fatalidade das revoluções, que, como derivam de uma inadaptação, são fenómenos doentios (...)

As ideias revolucionárias — ou nasçam da própria injustiça que motiva o sentimento revolucionário, ou sejam estranhas a ele e por ele adaptadas — são sempre absurdas; são-no por duas razões.

As revoluções, como vimos, baseiam-se num sentimento forte de injustiça, sentimento que se torna geral. Ora um sentimento geral e forte de injustiça gera por força ideias absurdas. Em 1.º lugar, um sentimento forte é uma condição negativa para a lucidez; quem estuda apaixonadamente (salvo no sentido de entusiasmo intelectual) um problema, estuda-o sempre mal. Em 2.º lugar, um sentimento de injustiça envolve sempre um ódio ou rancor a quem a pratica; e a teoria nascida, ou adaptada, por esse sentimento tenderá fatalmente a ser excessiva no sentido contrário — não só a desfazer a injustiça, como a castigá-la, isto é, a ferir e vingar-se nos que a praticam, ou se supõe que a praticam. Resultará uma teoria tão injusta como a prática a que essa teoria se contrapõe. Em 3.º lugar, os problemas que uma revolução busca resolver são sempre problemas sociais, todos, por natureza, de uma grande complexidade. Ora, uma teoria de contra-injustiça, para ser geralmente sentida, tem que ser simples; porque o geral da humanidade não pode compreender ideias complexas. A teoria tem portanto que ser inadaptável à complexidade do problema.

Por isso, de toda e qualquer ideia revolucionária se pode afirmar mas sem se saber qual é, mas sabendo só que é revolucionária, que é falsa; mas também se pode afirmar, se foi aceite por muitos, se serviu de estímulo a movimentos e agitações, que teve uma razão sentimental de existir, e que há uma injustiça a reparar, uma reforma a fazer.

Estudar qual essa reforma é que é, em qualquer caso, o papel — em geral inútil — do sociólogo.

Uma revolução verdadeiramente tal não falha nunca; as ideias revolucionárias falham sempre.

Finalmente estabelece-se o equilíbrio, e vê-se que o que resultou da revolução, das contra-revoluções e tudo isso, foi uma diagonal a esse paralelogramo de forças — direcção social que não é nem a que estava, nem a que está.

O papel do homem de ciência — livre dos preconceitos revolucionários, absurdos todos porque são revolucionários; livre também dos preconceitos

contra-revolucionários, porque, por idêntica razão, são igualmente absurdos, é preestabelecer a hipótese de equilíbrio final.

1918?

**Ultimatum e Páginas de Sociologia Política.** Fernando Pessoa. (Recolha de textos de Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão. Introdução e organização de Joel Serrão.) Lisboa: Ática, 1980: 48.